



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Accountability e a informação financeira nos governos locais de São Tomé e Príncipe

Cislaú D'Anunção da Costa (cislaucos81@hotmail.com); Mestrado em Contabilidade e Finanças (APNOR/IPB); Instituto Politécnico de Bragança, Portugal; Universidade de São Tomé e Príncipe, São Tomé.

Sónia Paula da Silva Nogueira (sonia@ipb.pt); Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo - Instituto Politécnico de Bragança, Portugal; Investigadora do CICP (UM), Portugal.

Nuno Adriano Baptista Ribeiro (nunao@ipb.pt); Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Instituto Politécnico de Bragança, Portugal; Investigador do UNIAG (APNOR/IPB), Portugal.

PROPÓSITO DO ESTUDO

• Com o propósito de perceber a percepção de *accountability* pelos políticos e responsáveis técnicos da área financeira, nos governos locais de São Tomé e Príncipe.

HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

H1: A percepção do conceito de *accountability* não difere entre políticos e responsáveis técnicos da área financeira.

H2: Os políticos e responsáveis técnicos da área financeira apresentam opiniões homogêneas em relação às razões que promovem a *accountability*.

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

• Para a recolha de dados, utilizou-se um inquérito por questionário (Bogt, 2008, Carvalho, 2010 & Sinclair, 1995)

• Aplicaram-se questionários a 14 indivíduos; a taxa de resposta foi de aproximadamente 86%, sendo a amostra final composta por 12 respostas válidas (6 respostas correspondentes aos responsáveis políticos, e 6 aos responsáveis da área financeira);

• No tratamento dos dados estatísticos e na apresentação dos resultados utilizou-se simultaneamente a análise descritiva exploratória e análise inferencial.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Figura 1: Distribuição dos respondentes por sexo.

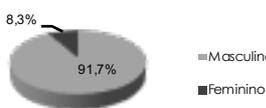


Figura 2: Distribuição dos respondentes segundo a faixa etária.

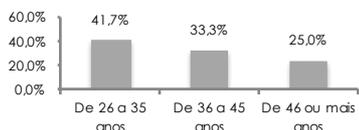


Figura 3: Formação académica dos respondentes.

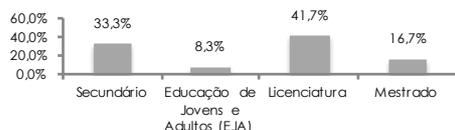


Figura 4: Área de formação dos respondentes.

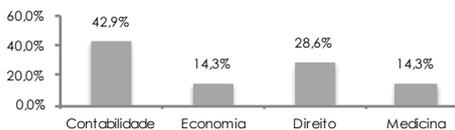


Figura 5: Localização das Câmaras Distritais de São Tomé e Príncipe.



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Tabela 1: Percepção dos políticos e dos responsáveis técnicos sobre *accountability*.

	1	2	3	4	5	Média	
Prestação de contas no âmbito contabilístico por parte daqueles que administram e controlam recursos públicos.					8,30%	91,70%	4,92
Obrigação dos agentes públicos em fornecer informações e explicações sobre as suas ações e decisões aos diferentes stakeholders.		8,30%	16,70%	8,30%	66,70%		4,33
Obrigação por parte daqueles a quem são conferidos poderes e recursos públicos em fornecer informação periódica da prestação de contas aos diferentes interessados sobre as utilizações desses recursos.	8,30%		16,70%	8,30%	66,70%		4,25
Prestação de contas no âmbito contabilístico por parte daqueles que administram e controlam recursos públicos e responsabilidade em termos de utilização eficiente dos recursos e da eficácia das decisões políticas.	16,70%			16,70%	66,70%		4,50
Responsabilidade dos órgãos executivos por uma boa gestão de dinheiros públicos e por informarem sobre a forma como utilizam os recursos públicos disponibilizados.	8,30%	16,70%			75,00%		4,42

Tabela 2: Análise inferencial para as variáveis *accountability* e grupos de inquiridos.

	n	Média	Mann-Whitney U	Z	Sig.
Prestação de contas no âmbito contabilístico por parte daqueles que administram e controlam recursos públicos.	Político	6	5,000		
Técnico	6	4,833	15,000	-1,000	0,500
Obrigação dos agentes públicos em fornecer informações e explicações sobre as suas ações e decisões aos diferentes stakeholders.	Político	6	4,833		
Técnico	6	3,833	10,500	-1,433	0,091
Obrigação por parte daqueles a quem são conferidos poderes e recursos públicos em fornecer informação periódica da prestação de contas aos diferentes interessados sobre as utilizações desses recursos.	Político	6	5,000		
Técnico	6	3,500	6,000	-2,292	0,030
Prestação de contas no âmbito contabilístico por parte daqueles que administram e controlam recursos públicos e responsabilidade em termos de utilização eficiente dos recursos e da eficácia das decisões políticas.	Político	6	4,833		
Técnico	6	4,117	11,000	-1,340	0,152
Responsabilidade dos órgãos executivos por uma boa gestão de dinheiros públicos e por informarem sobre a forma como utilizam os recursos públicos disponibilizados.	Político	6	4,667		
Técnico	6	4,117	14,500	-0,738	0,364

Discussão dos resultados:

□ As definições que melhor se adequam ao conceito de *accountability*, são:

• 1º - "Prestação de contas no âmbito contabilístico por parte daqueles que administram e controlam recursos públicos".

• 2º - "Prestação de contas no âmbito contabilístico por parte daqueles que administram e controlam recursos públicos e responsabilidade em termos de utilização eficiente dos recursos e da eficácia das decisões políticas".

• 3º - "Responsabilidade dos órgãos executivos por uma boa gestão de dinheiros públicos e por informarem sobre a forma como utilizam os recursos públicos disponibilizados".

□ Apenas na afirmação "Obrigação por parte daqueles a quem são conferidos...desses recursos" os dois grupos de inquiridos revelam diferenças estatisticamente significativas.

□ Índice Tau-c de Kendall (calculado com base nas médias aritméticas das variáveis atribuídas às razões apresentadas) permitiu verificar que existe associação, estatisticamente significativa, para um nível de 5%, para todas as razões apresentadas. Neste sentido considera-se que o índice das razões de *accountability* está relacionado com cada uma das razões que promovem a *accountability*.

□ Não existem diferenças estatisticamente significativas quanto às razões que promovem a *accountability* por grupo de inquiridos.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

• O principal objetivo do presente estudo de investigação pretendia avaliar as percepções dos políticos e responsáveis técnicos financeiros dos governos locais de São Tomé e Príncipe, em relação ao conceito de *accountability*.

• Pelos resultados obtidos, respondentes associam mais o conceito de *accountability* à prestação de contas do que à transparência e responsabilidade. De um modo geral, a percepção do conceito de *accountability* não difere entre políticos e responsáveis técnicos da área financeira, tendo permitido validar H1.

• Constatou-se também que os políticos e responsáveis técnicos da área financeira apresentam opiniões homogêneas em relação às razões que promovem a *accountability* (H2 foi validada). Esta circunstância permitiu, de certa forma, concluir que existe alguma evolução em relação à implementação da *accountability* nos governos locais de São Tomé e Príncipe, dado que existe uma harmonia de pensamento em relação às razões que promovem a sua implementação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

• Bogt, H. (2008). Recent and Future Management Changes in Local Government: Continuing Focus on Rationality and Efficiency? *Financial Accountability & Management*, 24(1): 31-57.

• Carvalho, A. (2010). *OPapel da Informação Contabilística e do Controlo Externo no Processo de Accountability: o caso dos Municípios Portugueses*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais: Universidade de Vigo.

• Sinclair, A. (1995). The Challenge of Accountability: Forms and Discourses. *Accounting, Organizations and Society*, 20, 2/3, 219-237.